

ANPEd condena a repressão violenta à manifestação legítima

O dia 29 de novembro será lembrado como um dia triste para a sociedade brasileira. Dia em que duas formas de violência marcaram nossa história: a aprovação da PEC 55 em primeiro turno no Senado Federal, com galerias vazias é a expressão máxima da violência contra a Constituição Federal e a democracia brasileira.

Nossa cara Constituição define que a cidadania pressupõe *“todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”* (Brasil, 1988, art. 5). Ontem, as milhares de pessoas em Brasília estavam desarmadas. Eram estudantes, professores e professoras, pais e mães, trabalhadores e trabalhadoras que tinham o direito de dizer aos seus representantes que não concordamos com a agenda de ajuste e demonte do Estado Brasileiro pelos próximos 20 anos. A forma truculenta como a polícia do DF reprimiu a manifestação é uma expressão ímpar da falta de respeito ao dissenso. A violência do ajuste fiscal ficará registrada na história como uma agenda imposta de forma violenta pelo governo Temer e parte do legislativo federal.

O dia de ontem foi o ápice de uma escalada de violência que temos visto ao longo de 2016 contra as diversas manifestações que espalham-se no Brasil, legitimamente, denunciando a falta de diálogo. Tem sido assim com a PEC 55 que congela os investimentos públicos por 20 anos, tem sido assim com a MP 746 do Ensino Médio e com tantos outros temas. A violência de Estado toma a vida comum e cresce o grau de intolerância entre os que pensam diferente no âmbito da vida comum. Uma sociedade em que tolerância, respeito e solidariedade sejam valores precisa aprender a respeitar o dissenso.

Ainda há tempo para que retomemos o sentido do que é democracia. Há ainda tempo para que o Senado ouça a voz das ruas e rejeite em segundo turno o demonste do estado brasileiro. É ainda tempo de pensar a reforma do ensino médio em amplo diálogo com a sociedade. É urgente o tempo para que possamos reconhecer o direito de todos a uma vida plena e feliz. Pela Democracia no Brasil, enfim.

Diretoria da ANPEd

30 de novembro de 2016